

Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade

Biênio 2024/2026

Ata de reunião n. 3/2026

1. Informações da reunião

Data: 16/07/2026

Hora: 15:00

Tipo: ordinária

Formato: virtual

Plataforma: Google Meet

2. Participantes

Integrantes	
Magistrada nascida nas regiões norte ou nordeste, eleita por votação direta pelos(as) magistrados(as), a partir de lista de inscrição	Itatiara Meurilly Silva Lourenço
Magistrado, indicado pelo Desembargador Presidente	Roberto Vieira de Almeida Rezende
Servidor preferencialmente vinculado à área de sustentabilidade, indicado pelo titular da Diretoria-Geral da Administração	Filipe Gioielli Mafalda
Servidora com deficiência, eleita por votação direta pelos(as) servidores(as), a partir de lista de inscrição	Regina Katsutani
Servidora mulher, eleita por votação direta pelos(as) servidores(as)	Larissa Natalia Soares Fonseca
Servidora nascida nas regiões norte ou nordeste, representante do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro Grau	Ariene Virgínia Duarte da Costa

Convidados(as) — equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT e colaboradores(as)	
Seção de Gestão de Indicadores Institucionais	Adriana Domanoski Gurniak
Gabinete da Desembargadora Catarina Von Zuben	Ana Maria Bernadeli
Seção de Redação Jornalística	Clarissa Sanches Croisfelt
Seção de Gestão da Movimentação de Pessoal	Daniela Maria Correa Espínola
Divisão de Sustentabilidade	Fernanda Machado Martins

Secretaria de Auditoria Interna	Fábio Hanaoka
Coordenadoria de Polícia Judicial	Hermes Alessandro Muniz Pereira
Secretaria da 48ª Vara do Trabalho de São Paulo	Magda Márcia Gonçalves Teixeira
Seção de Desenvolvimento de Pessoas	Maria Aparecida Pollastrini Barbagallo
Secretaria da 3ª Vara do Trabalho da Zona Leste de São Paulo	Willams Melo da Silva

Ausências justificadas

Atribuição	Nome	Motivo
Colaborador(a) terceirizado(a), indicado(a) pelo respectivo sindicato ou associação	Aldenir Sena	-
Servidora mulher, eleita por votação direta pelos(as) servidores(as), a partir de lista de inscrição	Luciana Barrozo da Silva	férias/licença
Membra da magistratura representante de entidade de classe, indicada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Amatra-2)	Daiana Monteiro Santos	-
Servidora com mais de 60 anos de idade, substituta de vaga eleita por votação direta pelos(as) servidores(as), a partir de lista de inscrição, indicada pela Presidência	Ana Celina Ribeiro Ciano Siqueira	férias/licença
Servidora representante de entidade de classe, indicada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud)	Isabella Gonçalves Leal	outros eventos institucionais
Servidora LGBTQIAP+, eleito(a) por votação direta pelos(as) servidores(as), a partir de lista de inscrição	Laline Brandão Magalhães	-

3. Pauta

Item	Assunto
I	Informes
II	Demandas e iniciativas em fase de deliberação e planejamento
III	Iniciativas em andamento em conjunto com outros colegiados
IV	Demandas administrativas e de governança

4. Breve relato

A reunião foi iniciada pelos(as) magistrados(as) coordenadores(as), que autorizaram Filipe Gioielli Mafalda a conduzir a pauta. Foram registradas as presenças das pessoas integrantes e convidadas. Filipe informou que a pauta é extensa, com temas acumulados desde a última reunião, e que a prioridade seria tratar dos assuntos com prazos mais próximos. O item V — Eventos ocorridos e lições aprendidas — não foi abordado e ficará para reuniões futuras.

I. Informes

Curso Protocolo Para a Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória — EaD

Filipe reiterou a importância do curso "Protocolo Para a Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória — EaD — 1/2026", cedido pelo TRT da 3ª Região e disponível na EJUD do TRT-2, com prazo de inscrição até 17/07/2026. O link foi compartilhado no chat: <https://ww2.trt2.jus.br/institucional/o-trt-2/escola-judicial/eventos-ejud/evento-ejud/protocolo-para-a-atuacao-e-julgamento-com-perspectiva-antidiscriminatoria-ead-1-2026>. Filipe solicitou que todos os integrantes realizem o curso, destacando sua contribuição para os indicadores do CSJT, e indicou que, após a conclusão, seria importante coletar feedbacks e discutir a aplicação prática do conteúdo.

II Encontro Direito LGBTQIA+ e Justiça — CNJ

Filipe informou que o CNJ realizará, em São Paulo, o II Encontro de Direito LGBTQIA+ e Justiça nos dias 27 e 28 de agosto de 2026 (quinta e sexta-feira), na Escola Paulista da Magistratura. O evento é o principal encontro do sistema de justiça sobre o tema e contará com palestrantes de destaque nacional. Filipe solicitou que o maior número possível de integrantes se inscrevessem. Há possibilidade de que um representante do Tribunal participe como palestrante em uma das mesas, a confirmar em breve. Informações e inscrições: <https://www.cnj.jus.br/agendas/ii-encontro-direito-lgbtqia-e-justica/>.

II. Demandas e iniciativas em fase de deliberação e planejamento

Organização do evento do Mês da Diversidade

Filipe apresentou o planejamento atualizado do Mês da Diversidade, que ocorrerá em setembro com quatro eventos semanais, sempre por volta das 15h:

- Dia 9/09: palestra e roda de conversa sobre masculinidades, com o escritor Klester Cavalcante;
- Dia 15/09: roda de conversa sobre pessoas nordestinas. Itatiara Lourenço informou que estará em férias a partir do dia 14/09, mas manifestou interesse em participar e verificará junto à Corregedoria a viabilidade de suspender um dia de férias para o evento;
- Dia 22/09: palestra e roda de conversa com Thaís Becker, escritora e mulher com deficiência física, com foco em interseccionalidade de gênero e deficiência — data próxima ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (21/09);
- Dia 29/09: roda de conversa sobre pessoas com 60 anos ou mais.

A Secretaria de Saúde confirmou participação na condução das rodas de conversa. Com base na experiência das rodas de acessibilidade que já realiza, a equipe de saúde recomendou o formato online, por considerar que a técnica de facilitação permite abertura e participação equivalente ao presencial. As rodas de conversa para o público LGBTQIA+ foram postergadas para após setembro. O Plano de Ação Formativa (PAF) deverá ser elaborado o quanto antes; Filipe verificará se Ana Maria Bernadeli pode apoiar nessa tarefa, dado seu envolvimento com a contratação do palestrante Klester Cavalcante.

Ações de comunicação para o banco de decisões com emprego do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero

Adriana Gurniak relatou que, em reunião realizada na véspera com a SECOM, a SETIC (Osvaldo, diretor da área), a área de Jurisprudência e Larissa Fonseca, foi discutida a possibilidade de automatizar o envio de sentenças e acórdãos ao banco do CNJ. Atualmente, o cadastro é feito manualmente pelas varas e gabinetes, o que gera sub envio.

Osvaldo demonstrou abertura para desenvolver um sistema capaz de identificar decisões que utilizem os protocolos antidiscriminatórios a partir de palavras-chave, alimentando o formulário do CNJ de forma automática. O grupo formado ficou responsável por mapear os termos a serem pesquisados, com participação de representantes do primeiro e do segundo graus. Itatiara Lourenço confirmou disponibilidade para integrar o grupo, tendo sido adicionada por Filipe.

Larissa Fonseca informou que já existe precedente no Centro de Inteligência da Justiça do Trabalho, que orienta a inserção de um termo específico nas decisões para viabilizar o monitoramento automatizado. A proposta é seguir caminho semelhante, com posterior normativo — portaria da Presidência e da Corregedoria — orientando o uso dos termos definidos para padronização. Roberto Rezende destacou que a automação será especialmente útil para magistrados e magistradas que utilizam os protocolos, mas não realizam o cadastro manual por conta da rotina.

PROAD n. 13427/2026 e PROAD n. 44121/2025 — ações para pessoas trans

Filipe resgatou o histórico do tema: o processo relativo ao uso de banheiros por pessoas trans não obteve solução pela Presidência, de acordo com parecer da ASSEJUR. A partir de documento técnico elaborado pela ANTRAJUS (Articulação das Pessoas Trans do Sistema de Justiça) e enviado a todos os tribunais, abriu-se nova oportunidade de avanço, dado que muitos tribunais já estão adotando medidas concretas de acesso e permanência.

Filipe propôs a análise do documento para estruturar sugestões ao Tribunal, abrangendo: uso de banheiros conforme identidade de gênero (por meio de adequação das placas, sem criação de terceiro banheiro, o que configuraria discriminação); cotas em concursos e processos seletivos para servidoras/es e estagiárias/os trans; percentual específico de vagas nas empresas terceirizadas; e políticas de permanência, incluindo protocolos de atendimento. Roberto Rezende se ofereceu para redigir a versão final do documento. Filipe destacou a necessidade de deixar explícito que a proposta é a adequação das placas dos banheiros existentes, diante de mal-entendido ocorrido em conversa anterior com a Presidência.

Acompanhamento de pessoas trans em empresas terceirizadas

Filipe relatou que o Comitê vem encaminhando currículos de pessoas trans às empresas terceirizadas contratadas pelo Tribunal, com resultados positivos: uma pessoa trans já foi contratada e, a partir desse caso, novos currículos estão chegando. Filipe destacou que o acesso sem permanência é insuficiente: dados indicam que pessoas trans costumam deixar os empregos em menos de três meses quando não se sentem pertencentes ao ambiente.

A conversa inicial com a pessoa contratada revelou aspectos positivos — ela relata estar sendo bem acolhida — mas também situações que demandam atenção, como ter sido alocada em equipe composta exclusivamente por homens e ter enfrentado dificuldades com o nome social para abertura de conta bancária (questão que a empresa já encaminhou para a área jurídica). Marcelo Goncarov Costa, da área de contratos, está articulando reunião com fiscal e gestor de contrato para, respeitando os trâmites legais, dialogar com o preposto e supervisor da empresa sobre acolhimento e permanência.

Ariene Costa esclareceu que o termo adequado para a intervenção inicial é avaliação e acolhimento — não necessariamente acompanhamento contínuo —, e que a Seção de Serviço Social já realiza esse tipo de atendimento pontualmente, inclusive com trabalhadoras terceirizadas e estagiárias, encaminhando para redes externas quando necessário (como CAPS e centros de saúde mental). Itatiara Lourenço e Larissa Fonseca apoiaram a proposta de realizar essa avaliação inicial, com encaminhamentos caso necessário, e de capacitar minimamente as pessoas que trabalham diretamente com a servidora trans. Foi também levantada a possibilidade de

incluí-la nas rodas de conversa realizadas pelo sindicato para o público LGBTQIA+. Filipe encaminhará o caso formalmente à Ariene Costa.

Fernanda Machado Martins trouxe à atenção do grupo que os editais do TRT-2 para contratação de empresas terceirizadas já preveem reserva de 4% das vagas para pessoas trans — percentual superior ao estabelecido pelo CNJ —, resultado de articulação coordenada por Marcelo Goncarov Costa. Filipe confirmou e registrou a informação, destacando que as empresas ainda precisam ser trabalhadas para efetivamente cumprir os percentuais. Está sendo articulada a participação de ONGs especializadas em empregabilidade trans para ampliar o canal de encaminhamento de candidatas/os às empresas.

III. Iniciativas em conjunto com outros colegiados e próximos projetos

PROAD 14508/2024 — auditoria da Política de Incentivo à Participação Feminina

Filipe informou que iniciou a análise do processo e elaborou rascunho preliminar. A Presidência concedeu prazo até a última semana de julho para resposta à auditoria da implantação da Resolução CNJ n. 492, relativa à política de equidade e ações afirmativas de gênero. O Comitê avalia a oportunidade de incorporar propostas nascidas no âmbito da consultoria CEERT. O documento será compartilhado para sugestões assim que estiver mais avançado.

Selo de Igualdade de Gênero — PNUD

O tema não teve avanço desde a última reunião. Filipe reiterou a necessidade de realizar reunião com o Subcomitê de Direito da Mulher para avançar na articulação.

Edital ASPRODEC/TST — resultado da submissão de propostas e planejamento das ações

Filipe relatou reunião realizada na semana com a Escola Judicial, com participação de Ana Maria Bernardelli. Foi confirmada a viabilidade da trilha de capacitação com módulo básico comum e módulos específicos por programa, com carga horária de até 30 horas para este ano e previsão de ampliação no ano seguinte. Os certificados poderão ser emitidos por módulo e pelo conjunto, e visitas externas poderão ser computadas para certificação. A EJUD recomendou priorizar palestrantes internos por facilidade operacional. Os próximos passos incluem reuniões com os coordenadores dos oito comitês envolvidos para definição de conteúdos e palestrantes. Quanto à acessibilidade, não haverá módulo com especialidade por áreas do TRT neste ciclo; no entanto, haverá um módulo de acessibilidade básico, desenvolvido em parceria com a área de Acessibilidade.

Calendário institucional de diversidade e trabalho decente

Regina Katsutani elaborou o calendário, que está circulando por e-mail e WhatsApp. Filipe solicitou que todos contribuam com sugestões até o final de julho. A proposta é integrá-lo ao calendário da área de sustentabilidade para constituir um calendário institucional único, útil à SECOM e aos demais colegiados.

Alinhamento com o Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e adequação à Res. CNJ n. 688

Filipe informou que participou de rodas de conversa do Programa Laços de Proteção e recomendou o envolvimento de mais integrantes do Comitê, especialmente os que realizaram capacitação anterior, pois o programa precisa de mais pessoas habilitadas para acolhimento. Adriana Gurniak destacou que as rodas têm sido focadas principalmente em mulheres trabalhadoras terceirizadas. Larissa Fonseca registrou dificuldade de participação em razão do formato presencial. Filipe sugeriu o envolvimento conjunto dos Comitês de Assédio e de Diversidade, quando necessário, dado que ambos constam na norma do Programa Laços de

Proteção, e sinalizou a possibilidade de conversar com a equipe do programa sobre capacitação complementar.

Lançamento do Canal de Notícia de Racismo, reformulação da política de assédio e representação da Diversidade nos Comitês de Combate ao Assédio e Discriminação

Adriana Gurniak apresentou as principais novidades da política institucional de prevenção e combate ao assédio e à discriminação, recentemente publicada: alinhamento às alterações da Resolução CNJ n. 351; aprimoramento dos fluxos internos e dos formulários; e criação de canal específico para notícias de racismo institucional. As notícias de racismo poderão ser acolhidas por qualquer um dos dois Comitês de Combate ao Assédio ou, a critério de quem noticia, pelo Comitê de Equidade e Diversidade. A norma também passou a prever expressamente a vedação de retaliação a quem fizer notícia de assédio, discriminação ou racismo. Clarissa Croisfelt confirmou que a norma foi publicada no Boletim Interno do dia anterior. Adriana Gurniak disponibilizou no chat o link da página principal com os formulários. A comunicação institucional específica sobre o canal de racismo, com fala do Presidente, estava prevista para breve.

Foi deliberado o envio dos nomes dos representantes do Comitê de Equidade e Diversidade para composição dos Comitês de Combate ao Assédio: Larissa Natalia Soares Fonseca (1G) e Marcelo Goncarov Costa (2G), ambos membros do grupo de trabalho que participou da revisão da norma. Os representantes da Secretaria de Saúde indicados são a médica Ana Neife Aith Ribeiro Castanho Ferreira (2G) e a psicóloga Claudia Nakamura Alencar (1G).

IV. Demandas administrativas e de governança

IPER

Filipe informou que o prazo de envio dos documentos ao CNJ para o IPER (Indicador de Promoção de Equidade Racial) foi cumprido em 10/07/2026. Adriana Gurniak estimou que o TRT-2 poderá atingir em torno de 70 pontos dos 145 possíveis — desempenho similar ao do ano anterior (aproximadamente 60%). Foram mencionados os indicadores que exigem avanços estruturais ainda não consolidados, como representação de pessoas negras em funções de gestão, magistratura de segundo grau e mesas de eventos, além de programas de preparação para concursos. Filipe enfatizou que o trabalho tem sido realizado de forma majoritariamente voluntária e que a consolidação dos dados ao longo de dois anos permitirá produzir comparativos e fortalecer argumentos junto à Presidência para ampliação da estrutura.

Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT — inscrições em boas práticas

Filipe informou que surgiram três oportunidades para registrar a consultoria do CEERT como boa prática institucional: junto ao TRT da 13ª Região (que deu origem à iniciativa, a partir de palestra do seu ex-presidente no Ciclo de Integridade do TRT-2); no 11º Encontro Nacional de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho (CSJT), a ser realizado em outubro — Fernanda Machado Martins confirmou que a Divisão de Sustentabilidade já indicou a consultoria no formulário do evento; e no Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial (CNJ), com prazo de inscrição até 10 de agosto, ficando Willams Melo da Silva responsável por realizar o cadastro. Larissa Fonseca se disponibilizou para apresentar a prática junto ao TRT-13, a depender de autorização. Filipe propôs realizar mapeamento das ações decorrentes da consultoria já colocadas em prática para embasar os registros.

Demais tópicos serão retornados em reuniões futuras.

Nada mais, a reunião foi encerrada

5. Deliberações

Após exposição e discussão a respeito dos assuntos da pauta, foram tomadas as seguintes deliberações:

Descrição	Responsável pelo cumprimento
Reenviar nos grupos o link do curso EaD de protocolos antidiscriminatórios (TRT-3) disponível na EJUD	Filipe
Compartilhar link de inscrição para o II Encontro de Direito LGBTQIA+ e Justiça — CNJ (27 e 28/08/2026, Escola Paulista da Magistratura)	Filipe
Elaborar o Plano de Ação Formativa (PAF) do Mês da Diversidade (setembro), com quatro eventos: 09/09 — masculinidades (Klester Cavalcante); 15/09 — pessoas nordestinas; 22/09 — deficiência e interseccionalidade (Thaís Becker); 29/09 — pessoas com 60+; rodas conduzidas pela Secretaria de Saúde, em formato online	Ana Maria
Verificar junto à Corregedoria a viabilidade de suspensão de um dia de férias para participação no evento de 15/09	Itatiara Lourenço
Mapear termos e palavras-chave para automação do banco de sentenças com perspectiva de gênero, com participação de representantes do 1º e 2º graus	Larissa / Adriana / Grupo de trabalho
Articular reunião com fiscal e gestor de contrato para diálogo com preposto e supervisor da empresa terceirizada sobre acolhimento e permanência da trabalhadora trans	Marcelo Goncarov / Filipe
Encaminhar formalmente o caso da trabalhadora terceirizada para avaliação e avaliação pela Seção de Serviço Social	Filipe / Ariene Costa
Articular participação de ONGs de empregabilidade trans para ampliar encaminhamento de candidatas/os às empresas terceirizadas	Filipe / Marcelo Goncarov
Finalizar rascunho de análise dos PROADs n. 13427/2026 e n. 44121/2025 (políticas trans) com sugestões ao Tribunal	Roberto Rezende
Finalizar e compartilhar o rascunho de resposta à auditoria da Política de Incentivo à Participação Feminina (PROAD 14508/2024) — prazo: última semana de julho	Filipe
Agendar reunião com o Subcomitê de Direito da Mulher para avançar na articulação do Selo de Igualdade de Gênero — PNUD	Filipe / Itatiara
Definir conteúdos e palestrantes dos módulos da trilha de capacitação (Edital ASPRODEC/TST), em reuniões com os oito comitês envolvidos	Filipe

Consolidar sugestões ao calendário institucional de diversidade e trabalho decente — prazo: final de julho	Todos / Regina Katsutani
Encaminhar os nomes de Larissa Natalia Soares Fonseca e Marcelo Gonçalves Costa como representantes do Comitê de Equidade nos Comitês de Combate ao Assédio	Filipe
Realizar cadastro da consultoria CEERT como boa prática no Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial (CNJ) — prazo: 10/08/2026	Willams Melo da Silva
Indicar a consultoria CEERT como boa prática junto ao TRT da 13ª Região	Willams Melo da Silva
Realizar mapeamento das ações decorrentes da consultoria CEERT já colocadas em prática para embasar registros de boa prática	Filipe

6. Próxima reunião

Data: *Data: 6/8/2026, às 15h, em formato virtual.*

7. Assinatura do(a) coordenador(a) do colegiado

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.